

---

# PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DO ALVÃO, MARÃO E FALPERRA

---

Entregável N.º16. Resumo Não Técnico

novembro de 2022

Promovido por :

Realizado por:



**FUNDO  
AMBIENTAL**

## Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica da Elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras do Marão, Alvão e Falperra (PRGP-SMAF)
<b>Descrição:</b>	O documento sumariza e traduz o conteúdo do Resumo Não Técnico da AAE da Elaboração do Programa de Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras do Marão, Alvão e Falperra (PRGP-SMAF), tornando este documento mais acessível a um grupo mais alargado de interessados.
<b>Data de produção:</b>	25 de fevereiro de 2022
<b>Data da última atualização:</b>	15 de novembro de 2022
<b>Versão:</b>	Versão 07
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
<b>Coordenador de Projeto:</b>	Ricardo Almendra   Mestre
<b>Equipa técnica:</b>	Alberto Manuel Botelho de Miranda   Licenciado. Andreia Mota   Mestre. Beatriz Konstantinovas   Mestre. Célia Mendes   Mestre. Domingos Manuel Mendes Lopes   Doutor. Filipa Leite   Mestre. Helena Corrêa   Mestre. José Tadeu Marques Aranha   Doutor. Juan Requejo Liberal   Licenciado. Laura Roldão e Costa   Doutor. Bruno Filipe Gonçalves Martins   Doutor. Liliana Daniela Cerqueira de Sousa   Mestre. Lívia Maria Costa Madureira   Doutor. Luís Filipe Gomes Lopes   Doutor. Manuel José Teixeira Martins   Licenciado. Maria Emília Calvão Moreira da Silva   Doutor. Maria Elisa Machado Bairrinho   Licenciada. Paula Amaral   Licenciada Paula Pereira   Mestre. Rui Manuel Vítor Cortes   Doutor. Teresa Costa   Mestre.
<b>Código de documento:</b>	476
<b>Estado do documento</b>	Versão para consulta pública.
<b>Código do Projeto:</b>	072011201
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	PRGP_SMAF_AAE_RNT_v07

## ÍNDICE

1	O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO? .....	5
2	O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? .....	6
2.1	QUAL É A METODOLOGIA UTILIZADA? .....	7
3	O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL? E O QUE É A DECLARAÇÃO AMBIENTAL? ...	10
4	QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO DA AAE? .....	12
5	QUAIS OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PRGP-SMAF .....	14
6	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO .....	16
7	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO .....	19
7.1	FCD RESILIÊNCIA AO FOGO E OUTROS RISCOS.....	19
7.2	FCD DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	22
7.3	FCD CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS .....	26
7.4	FCD GOVERNANÇA.....	32
8	QUE RECOMENDAÇÕES DEVEM SER SEGUIDAS?.....	36
9	QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO?.....	40
10	QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES? .....	45
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Relatório de Fatores Críticos para a Decisão .....	7
Figura 2: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico .....	8
Figura 3: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Declaração Ambiental .....	9
Figura 4: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Seguimento e Monitorização.....	9

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Fatores Críticos para a Decisão pertinentes para a AAE do PRGP-SMAF.....	15
Quadro 2: Política, Planos e Programas pertinentes para a AAE do PRGP-SMAF .....	16
Quadro 3: Questões-chave do FCD – Resiliência ao Fogo e Outros Riscos.....	19
Quadro 4: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD Resiliência ao Fogo e Outros Riscos 20	
Quadro 5: Síntese das tendências de evolução do FCD – Resiliência ao Fogo e Outros Riscos referente aos objetivos de sustentabilidade.....	22
Quadro 6: Questões-chave do FCD - Desenvolvimento e Valorização do Território.....	22
Quadro 7: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD – Desenvolvimento e Valorização do Território.....	24
Quadro 8: Síntese das tendências de evolução do FCD – Desenvolvimento e Valorização do Território referente aos objetivos de sustentabilidade.....	26
Quadro 9: Questões-chave do FCD - Conservação dos Valores Naturais e Serviços dos Ecossistemas .....	27
Quadro 10: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD – Conservação dos Valores Naturais e Serviços dos Ecossistemas.....	29
Quadro 11: Síntese das tendências de evolução do FCD – Desenvolvimento e Valorização do Território referente aos objetivos de sustentabilidade.....	31
Quadro 12: Questões-chave do FCD – Governança.....	32
Quadro 13: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD – Conservação Governança.....	33
Quadro 17: Síntese das tendências de evolução do FCD – Governança referente aos objetivos de sustentabilidade .....	34
Quadro 15: Indicadores de seguimento e monitorização do PRGP-SMAF .....	41

## **1 O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?**

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA) da elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras do Marão, Alvão e Falperra (PRGP-SMAF) e vem dar cumprimento ao estabelecido no Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica, na alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº232/2007, de 15 de junho a, que estabelece que o RA deve ser acompanhado por um RNT.

O RNT é um documento que integra a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), mas que é editado de forma autónoma. O seu papel, enquanto elemento da AAE, é o de sumarizar e traduzir, em linguagem não técnica, o conteúdo do RA da AAE, tornando este documento mais acessível a um grupo mais alargado de interessados. Este documento apresenta as principais informações contantes no RA, nomeadamente:

- Os principais objetivos do PRGP-SMAF e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o PRGP-SMAF e a forma como estes objetivos foram tidos em consideração;
- As características ambientais das zonas mais suscetíveis de serem significativamente afetadas;
- A identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação do PRGP-SMAF;
- As medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar os efeitos adversos significativos no ambiente resultante da aplicação do PRGP-SMAF.

Assim, o RNT é uma peça essencial no processo de participação do público, contudo para o total esclarecimento ou aprofundamento de qualquer matéria nele contida, sugere-se a consulta direta do RA da AAE.

## 2 O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

A AAE pode ser entendida, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE), como a *“identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa”*.

A elaboração da presente AAE enquadra-se no disposto pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo n.º 1 do artigo 3.º do diploma mencionado. Desta forma, a AAE constitui-se como um instrumento estratégico para a sustentabilidade, cuja abrangência se encontra refletida nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as devidas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, e cuja aplicação ao caso específico dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) é enquadrada pelo facto de estes constituírem o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) que está em conformidade intelectual com o Programa Nacional da Política de Ordenamento de Território (PNPOT), com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de concretização do próprio Programa, em harmonia com o conceito segundo o qual os processos de AAE foram legalmente concebidos.

No caso particular, a AAE do PRGP-SMAF visa reforçar a integração das questões ambientais, sociais e económicas na estratégia do plano, potenciando os impactos positivos e minimizando os negativos, através da definição de recomendações e estabelecendo medidas de monitorização ambiental, que permitam aferir e ajustar os efeitos resultantes da implementação deste plano.

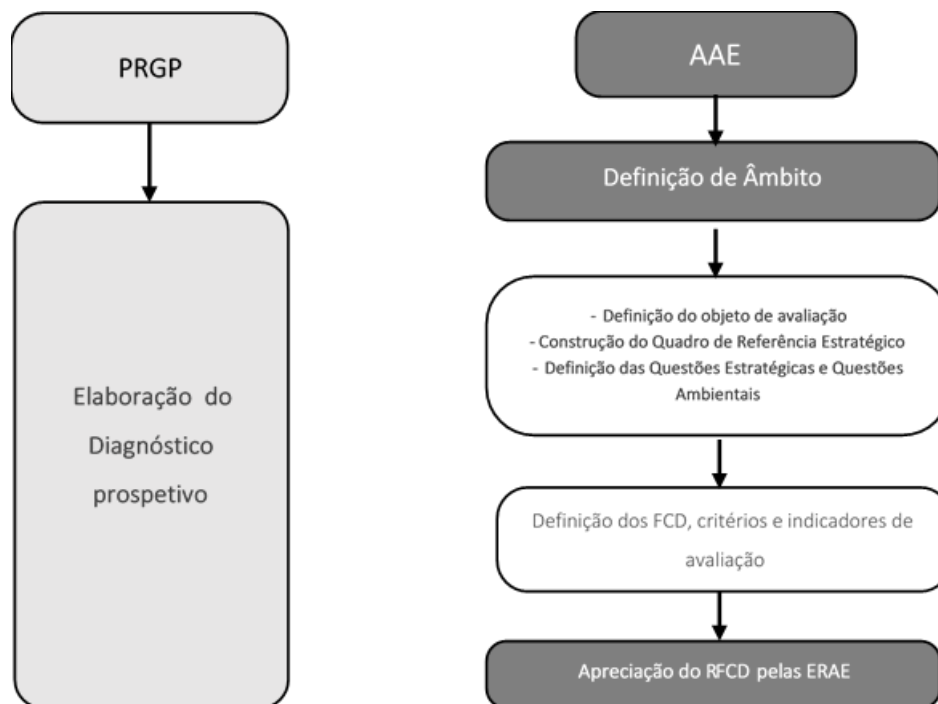
A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina que processos contínuos como os planos diretores municipais, que apresentam ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possam ser eficazmente elaborados, implementados e monitorizados. Nesse quadro, a metodologia proposta para a presente AAE pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo, institucional e de comunicação.

## 2.1 QUAL É A METODOLOGIA UTILIZADA?

Na Figura 1 apresenta-se o esquema metodológico global com as fases propostas para a AAE, assim como sua interação com as componentes do processo de planeamento.

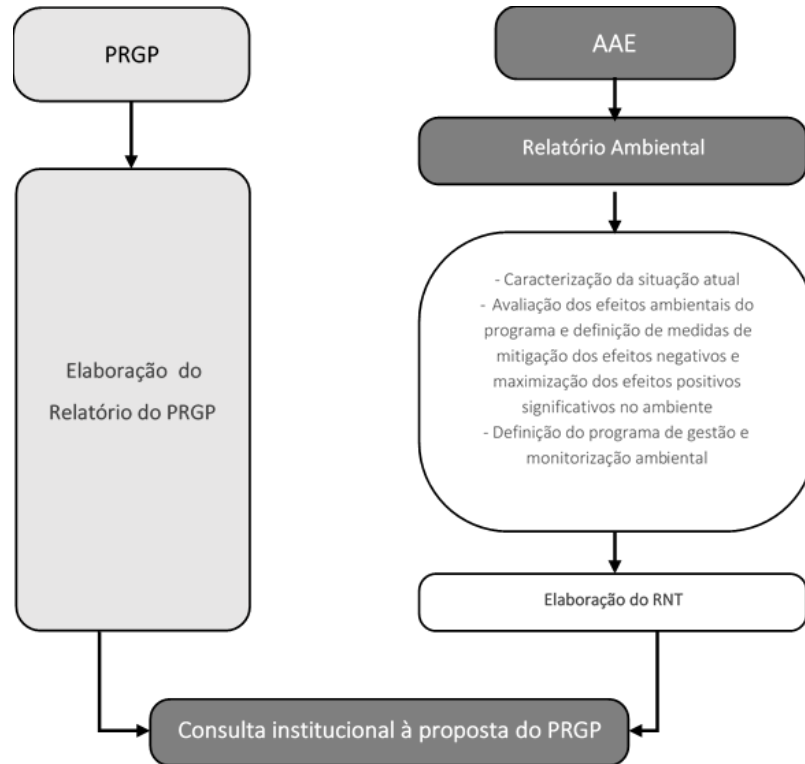
A **Etapa 1, “Relatório de Fatores Críticos para a Decisão”**, ocorre a definição do âmbito e dos objetivos da AAE, que inicialmente compreende a recolha, sistematização e organização da informação necessária para que a construção do modelo de ocupação e uso do território seja realizada de maneira eficiente, tendo em conta os parâmetros e as metas definidas ao nível do quadro da AAE. São definidos os Fatores Críticos de Decisão (FCD).

**Figura 1: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Relatório de Fatores Críticos para a Decisão**



Na **Etapa 2, “Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico”**, presente fase, procede-se a um conjunto de estudos técnicos com os FCD definidos, avaliam-se os diferentes cenários estipulados e verificam-se as oportunidades e os riscos, sendo que essas avaliações podem ser feitas várias vezes, resultantes da implementação do PRGP-SMAF. Em conformidade, elabora-se o RNT de forma a sumarizar o conteúdo do RA e com linguagem não técnica para o alcance do público em geral.

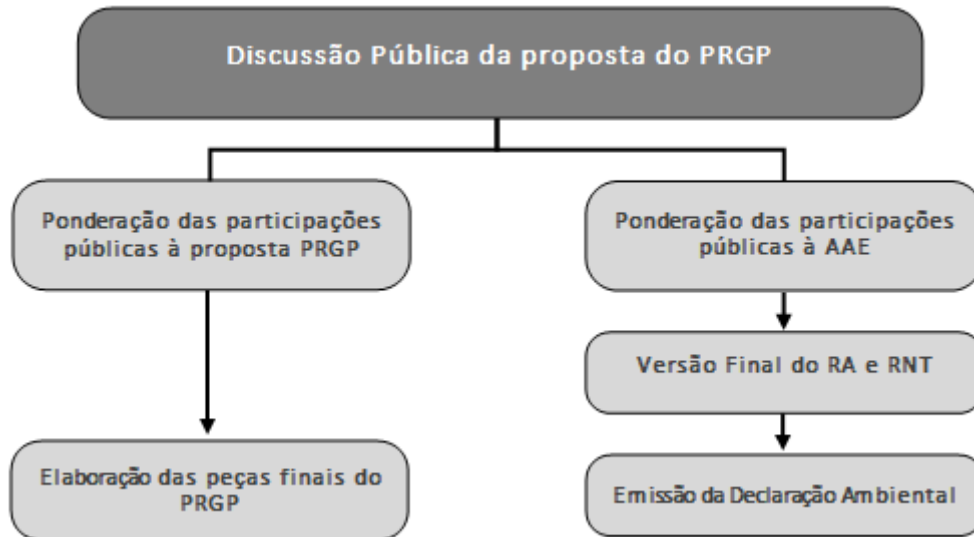
**Figura 2: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico**



Na **Etapa 3, “Declaração Ambiental”**, após finalizado e aprovado o programa (incluído o RA e RNT), será elaborada a Declaração Ambiental (DA), na qual se descreve a forma como as considerações ambientais do RA foram integradas na versão final do programa, devendo também referir as razões que fundamentaram a aprovação do programa e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação da execução do programa.

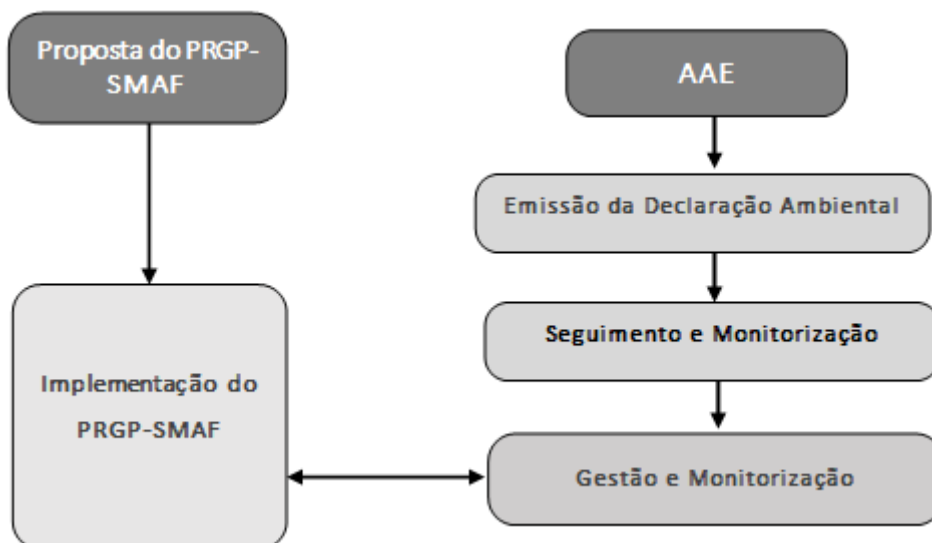


**Figura 3: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Declaração Ambiental**



A **Etapa 4, “Seguimento e Monitorização”**, corresponde ao cumprimento do programa de monitorização ambiental que deverá acompanhar a concretização do PRGP-SMAF. Desta forma, o programa de monitorização da AAE deve ser implementado, otimizando o processo global de acompanhamento através da potenciação de sinergias e estabelecendo o acompanhamento permanente da execução do programa.

**Figura 4: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Seguimento e Monitorização**



### **3 O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL? E O QUE É A DECLARAÇÃO AMBIENTAL?**

O RA apresenta os principais estudos e conclusões do processo da AAE decorrido ao longo do processo de elaboração da proposta do PGRP-SMAF. Neste documento identifica-se a situação existente e as tendências de evolução na ausência da elaboração do PGRP-SMAF, seguido da identificação dos efeitos ou impactes esperados com aplicação do plano, através da avaliação das medidas e ações preconizadas pelo PRGP. Supletivamente, estabeleceram-se diretrizes de governança e seguimento para assegurar a gestão e monitorização estratégica da implementação do PGRP-SMAF.

A elaboração do RA tem em consideração as exigências legais estabelecidas pelo n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, segundo o qual devem constar os seguintes elementos:

*“a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;*

*b) As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa;*

*c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;*

*d) Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;*

*e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;*

*f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa;*

*g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;*

*h) Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º.”*

O RA é elaborado considerando igualmente os resultados da consulta efetuada a entidades estabelecidas legalmente para o efeito e ao público em geral.

Após a aprovação do PRGP-SMAF, será elaborada a Declaração Ambiental, nos termos do artigo 10.º na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Uma vez finalizado o processo, a proposta do Programa e a Declaração Ambiental serão enviados à Agência Portuguesa do Ambiente e às entidades consultadas neste processo.

A Declaração Ambiental, destina-se a informar o público, e as autoridades consultadas, sobre a forma como as considerações ambientais foram retratadas na proposta de elaboração do PRGP-SMAF.

Deste modo na Declaração Ambiental será identificada a forma como as considerações ambientais do RA foram integradas na versão final do Programa, referindo as observações apresentadas pelas entidades e pela consulta pública e os resultados da respetiva ponderação. Deve ficar explícita a forma como as observações foram integradas no processo ou, caso não se tenha procedido à sua integração, ser apresentada a respetiva justificação.

A declaração apresentará, ainda, as razões que fundaram a aprovação do plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrente da aplicação do plano, vinculando a entidade ao seu cumprimento.

A Declaração Ambiental será disponibilizada ao público pela Direção-Geral do Território (DGT) através da sua página de internet (<https://www.dgterritorio.gov.pt/>), podendo ser igualmente disponibilizada na página de internet da APA ([www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt)).

## 4 QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO DA AAE?

O objeto desta avaliação ambiental estratégica é o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras do Marão, Alvão e Falperra, desenvolvido e materializado na respetiva estratégia, modelo de ordenamento e regulamento.

A avaliação terá também especial atenção na análise do grau de sustentabilidade do seu quadro de referência relativamente às opções e objetivos a alcançar no que se refere à programação e concretização das políticas públicas com incidência no território que o plano abrange.

Através da aprovação do Programa de Transformação da Paisagem - PTP (Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho) e o regime jurídico da reconversão da paisagem (Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho), foram definidos um conjunto de medidas programáticas e o quadro de instrumentos jurídicos para definir, planear, programar e gerir os territórios vulneráveis, delimitados pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro.

Assim, o PGRP-SMAF, determinado através do Despacho n.º 2507-A/2021, publicado em Diário da República n.º 44, Série II de 4 de março de 2021, é um dos Programas aprovados, direcionado para a construção de paisagens qualificadas e resilientes de territórios mais vulneráveis localizadas entre as serras do Marão, Alvão e Falperra, abrangendo 18 freguesias de sete concelhos da região norte de Portugal, de modo a revitalizar as atividades económicas; prevenir riscos, adapta-las às alterações climáticas e valorizar o seu território através da gestão da paisagem.

Assim, de acordo com o n.º 5 do Despacho n.º 2507-A/2021, a proposta do PGRP tem os seguintes objetivos estratégicos:

a) *“Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;*

b) *Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;*

*c) Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas;*

*d) Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.”*

## **5 QUAIS OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PRGP-SMAF**

Os FCD constituem o esqueleto estruturante da AAE e procuram, fundamentalmente, apontar aspetos críticos da situação existente e tendencial e relevantes para o processo de desenvolvimento e sua sustentabilidade. Os fatores críticos considerados são aqueles que podem causar eventuais efeitos significativos (positivos/negativos) resultantes da aplicação do Programa e sobre os quais a AAE se deve debruçar e que garantem o tratamento das questões ambientais exigidas na legislação.

**Quadro 1: Fatores Críticos para a Decisão pertinentes para a AAE do PRGP-SMAF**

**FCD 1 - RESILIÊNCIA AO FOGO E OUTROS RISCOS**

- A floresta é um património fulcral para o desenvolvimento sustentável do país, sendo os incêndios rurais inegavelmente uma relevante ameaça com impactes severos ocasionados a todos os níveis (social, ambiental e económico). Este FCD incide sobre o contributo que o PRGP-SMAF terá para adaptar e promover a resiliência do território, em particular ao risco de fogo, além de aumentar sua capacidade para prevenir e minimizar outros riscos ao qual o território está suscetível. Para além do exposto, este FCD pretende verificar a adaptação da proposta do modelo territorial do PRGP-SMAF face aos impactes das alterações climáticas, visando promover a resiliência do território.

**FCD 2 - DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

- Este fator compreende a avaliação do modelo territorial (ordenamento, planeamento e gestão) proposto pelo PRGP-SMAF, permitindo realizar uma análise espacial do setor económico, visando a diversificação da economia, avaliação da competitividade e otimização dos setores agrícola e florestal. Importa ainda, avaliar a valorização das demais potencialidades da região (valores e vetores como a paisagem, a cultura e o turismo), visando o desenvolvimento e o impacto no setor social visando a melhoria da qualidade de vida da população.

**FCD 3 - CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS**

- Na área de intervenção do PRGP-SMAF existe uma grande relevância em termos biofísicos, sendo valores ecológicos importantes para a conservação da natureza. Neste contexto, a importância dos serviços dos ecossistemas traduzem os benefícios que os seres humanos recebem dos ecossistemas funcionais, afetando de forma positiva a qualidade de vida. Este fator visa avaliar a forma com que o PRGP-SMAF contribui para a conservação e reconhecimento dos valores naturais e salvaguardar os ecossistemas.

**FCD 4 - GOVERNANÇA**

- Este fator verifica a forma de intervenção dos governantes, agentes públicos, privados e associativos que irão participar na gestão setorial e territorial, o qual permitirá verificar aspetos institucionais de implementação do próprio programa e a sua aposta numa gestão e cidadania ativa, promovendo os cinco princípios adotados pela União Europeia: transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência.

## 6 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Neste ponto apresenta-se o Quadro de Referência Estratégico (QRE) para a AAE, sendo analisadas as políticas, planos e programas internacionais, nacionais, regionais e locais pertinentes para a avaliação. Pretende-se identificar potenciais sinergias e/ou conflitos com o PRGP, sendo verificada a coerência entre os objetivos de ambiente e sustentabilidade estabelecidos nesses documentos estratégicos de referência e os objetivos do mesmo.

**Quadro 2: Política, Planos e Programas pertinentes para a AAE do PRGP-SMAF**

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
<b>INTERNACIONAL</b>	Agenda Territorial da União Europeia 2030 (AT 2030)
	Convenção Europeia da Paisagem
	Estratégia da Proteção do Solo da UE 2030
	Estratégia de Biodiversidade da União Europeia 2030
	Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (CNUCD)
	Convenção de Berna
	Carta Europeia de Turismo Sustentável
<b>NACIONAL</b>	Portugal 2030
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Programa de Transformação da Paisagem (PTP)
	Lei de Bases do Clima
	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)
	Plano Nacional de Infraestruturas 2030 (PNI 2030)
	Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil (PNEPC)
	Plano Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA PNGIFR)
	Estratégia Nacional para as Florestas 2014-2020 (ENF)
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)
Plano Sectorial para a Rede Natura 2000 (PSRN2000)	



ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
	<p>Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)</p> <p>Plano de Ação para a Conservação do Lobo Ibérico em Portugal (PACLobo)</p> <p>Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)</p> <p>Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)</p> <p>Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)</p> <p>Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050)</p> <p>Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020)</p> <p>Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)</p> <p>Programa de Valorização do Interior (PVI)</p> <p>Plano Nacional da Água (PNA)</p> <p>Estratégia Turismo 2027</p>
<b>REGIONAL</b>	<p>Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N)<sup>1</sup></p> <p>Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM)</p> <p>Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD)</p> <p>Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão (POPNAL)</p> <p>Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (PGRH-RH3)</p> <p>Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Douro (PGRI-RH3)</p> <p>Plano de Ação Intermunicipal para as Alterações Climáticas do Douro (PAIAC-D)</p> <p>Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Tâmega e Sousa (PIAAC-TS)</p> <p>Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) da CIM do Ave</p> <p>Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) de Vila Real</p> <p>Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT)</p>

<sup>1</sup> O PROT-N, ainda que não publicado, é um instrumento importante a considerar no modelo de organização do território Norte de Portugal, estando aí definidas as orientações e diretrizes para o ordenamento do território.

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
<b>MUNICIPAL</b>	Plano Diretor Municipal de Alijó
	Plano Diretor Municipal de Amarante
	Plano Diretor Municipal de Mondim de Basto
	Plano Diretor Municipal de Murça
	Plano Diretor Municipal de Sabrosa
	Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião
	Plano Diretor Municipal de Vila Real
	PMEPC dos concelhos abrangidos
	PMDFCI dos concelhos abrangidos

## 7 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

### 7.1 FCD RESILIÊNCIA AO FOGO E OUTROS RISCOS

#### Situação atual

No Quadro 3 são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD – Resiliência ao Fogo e Outros Riscos.

**Quadro 3: Questões-chave do FCD – Resiliência ao Fogo e Outros Riscos**

QUESTÕES-CHAVE
Atual realidade na área de intervenção do PRGP-SMAF é de saída da população mais jovem para os centros urbanos, o progressivo envelhecimento da população rural, abandono das atividades tradicionais do sector primário, aumento de áreas abandonadas, a predominância de pequenas propriedades e alargamento do uso florestal (por vezes espontâneos e com gestão deficiente), todos estes e demais fatores aumentam a exposição dos territórios ao perigo de incêndio devido o abandono e não gestão das áreas rurais.
Entre os anos de 2011 e 2020, a área de intervenção do PRGP-SMAF registou um total de 12.001,3 ha de áreas ardidas e 120 ocorrências.
No período analisado, o mês de agosto totaliza o maior valor de área ardida e o maior número de ocorrências, sendo o mês mais crítico para ocorrência de incêndios.
Destaca-se a importância das execuções das ações previstas nos PMDFCI e PMEPC dos concelhos abrangidos pelo PRGP-SMAF.
A distribuição da área ardida em espaços florestais, na área de intervenção do PRGP-SMAF, verifica-se que entre 2011 e 2020, a área ardida em matos corresponde a 59,6% da área ardida total, sendo superior à área ardida em povoamentos florestais o que corresponde a 40,4% da área ardida total (4.842,6ha).
Ocorrência de áreas ardidas em áreas protegidas e de interesse de conservação, ocorrendo maioritariamente em áreas classificadas como Rede Natura 2000.
Casualidade de incêndio rural causado por “uso de fogo”, principalmente para a renovação de pastagens, borralheiras e limpeza do solo florestal.
É indispensável a sensibilização da população para a redução das ocorrências de incêndios rurais que são fruto do uso do fogo com o intuito de renovar as pastagens para o gado e promover ações de sensibilização de boas práticas para a realização de queimadas para limpeza de solo florestal.
Área de intervenção com suscetibilidade a riscos de secas, cheias e inundações e de erosão hídrica do solo.
Aumento da suscetibilidade das áreas de riscos com os impactos das alterações climáticas.
Projeções futuras para a área de intervenção prevê que devido às alterações climáticas ocorra diminuição da precipitação média anual, aumento da temperatura média anual (em especial das máximas), diminuição do número de dias geadas, e aumento dos fenómenos extremos de precipitação.
A avaliação de cenários de alterações climáticas demonstram que na Região Norte de Portugal prevê-se aumento significativo de temperatura até 2100, significativo decréscimo na precipitação (chuvas), o que causa variabilidade nas disponibilidades hídricas e aumento da estação seca. Ainda, prevê-se aumento do número de dias em onda de calor, redução na humidade do ar e aumento do índice de seca.
Agravamento nas condições para a ocorrência dos incêndios rurais.
Necessidade da adoção de medidas mitigatórias, que combatam as causas, e de adaptação, que minimizem os impactos, com vista a uma sociedade neutra em carbono e resiliente ao clima, adaptada às suas consequências, reduzindo a vulnerabilidade e alcançando o desenvolvimento

sustentável.
Existência de planos e estratégias intermunicipais e regionais de adaptação dos territórios às alterações climáticas.
Atividades económicas muito suscetíveis aos impactos das alterações climáticas.
Impacto negativos indiretos identificados como relevantes para região são os prejuízos para as atividades económicas, como a agricultura, o aumento dos custos de produção de bens e serviços e o aumento dos custos com seguros, fatores que poderão sentir-se no imediato e a longo prazo, e ter implicações negativas no tecido socioeconómico regional.
As políticas de mitigação das alterações climáticas visam promover a transição para uma economia competitiva e de baixo carbono, através da redução de emissões de GEE, através da promoção de novas tecnologias, adoção de boas práticas, além da criação de empregos verdes, geração de novos produtos e serviços de baixo carbono, contribuindo para os objetivos do crescimento verde.
Na área de intervenção do PRGP-SMAF existem projetos em pleno funcionamento para a produção de energia renovável, como ocorre na cordilheira de Marão/Alvão com a presença de parques eólicos.

### **Tendência de Evolução sem PRGP-SMAF**

Considerando a atual situação da área de intervenção do PRGP-SMAF relativamente aos riscos de incêndios rurais e outros, prevê-se que sem a implantação do Programa se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas, já que manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças na área de intervenção.

Sem a implantação do PRGP-SMAF não haverá alteração de ações, o que permanecerá o êxodo rural, conseqüente abandono de áreas, aumento de áreas com matos ou sem gestão, elevando a suscetibilidade de ocorrência de incêndios. Por outro lado, referente aos demais riscos identificados, a expansão do coberto vegetal auxiliará na proteção do solo e de recursos hídricos. Porém, o cenário da não implantação ocasionará em um território abandonado e sem aproveitar as oportunidades da região.

### **Identificação dos Efeitos**

Diante da elaboração da proposta de um desenho da paisagem desejável pelo PRGP-SMAF, nomeadamente, Desenho Transformador da Paisagem (DTP), apresenta-se os efeitos positivos e negativos referente a implantação deste, a partir das estratégias assumidas para sua elaboração.

#### **Quadro 4: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD Resiliência ao Fogo e Outros Riscos**

<b>Critérios</b>	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
<b>Risco de Incêndios Rurais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Construção da paisagem desejável, resultando na proposta do Desenho Transformador da Paisagem (DTP);</li> <li>· Ações de transformação determinadas para áreas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Ações de transformação correspondem a 60,1%, o que refere a investimento alto para a sua realização;</li> <li>· Importante gestão das áreas de</li> </ul>

<b>Critérios</b>	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
	<p>estratégicas para a reduzir a perigosidade a riscos de incêndios rurais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Proposta considera as áreas de extrema conservação e proteção, devido a presença de valores naturais e biodiversidade;</li> <li>Promove a multifuncionalidade das áreas, gerando novos subprodutos;</li> <li>Redução das áreas de matos na área de intervenção;</li> <li>Criação/manutenção das faixas de gestão de combustíveis;</li> <li>Articulação com instrumentos estratégicos de âmbito municipal como PDM e PMDFCI.</li> </ul>	<p>matos.</p>
<b>Riscos Naturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aproveitamento das consequências dos serviços dos ecossistemas gerados pela implantação do DTP;</li> <li>Aumento do coberto vegetal o que reduz a suscetibilidade dos diversos riscos;</li> <li>Adotar a ocupação do solo adequada para zonas declivosas, sem deixar os solos expostos a ação da chuva e vento;</li> <li>Melhora da permeabilidade do solo e redução de solos compactados;</li> <li>Instalação e recuperação de galerias ripícolas;</li> <li>Conjunto de ações desejáveis com contributos a mitigação dos riscos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nada a apontar.</li> </ul>
<b>Alterações Climáticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impactos de melhora ambiental a longo prazo;</li> <li>Identificar e valorizar os serviços dos ecossistemas;</li> <li>Em geral, o DTP aumenta o potencial de sequestro de carbono na área de intervenção;</li> <li>Aumentar a resiliência dos territórios de floresta e a segurança das pessoas, animais e bens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A transformação de determinadas áreas pode reduzir pontualmente o potencial de sequestro de carbono, nomeadamente, nas regiões do Vale do Corgo e da Falperra.</li> </ul>

Importa verificar a síntese das tendências de evolução do FCD – Resiliência ao Fogo e Outros Riscos diante dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no âmbito do processo da AAE.

**Quadro 5: Síntese das tendências de evolução do FCD – Resiliência ao Fogo e Outros Riscos referente aos objetivos de sustentabilidade**

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM O PRGP	EVOLUÇÃO COM O PRGP
Garantir que o modelo territorial adotado será adequado à suscetibilidade e vulnerabilidade da área de intervenção aos principais riscos, em particular ao fogo		-	+
Contribuir para aumentar a resiliência dos territórios ao fogo		-	+
Intervenções estratégicas, medidas ou projetos que promovam a mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas		-	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO	- Negativa	0 Sem alteração Significativa	+ Positiva

## 7.2 FCD DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

### Situação atual

No Quadro 6 são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD – Desenvolvimento e Valorização do Território.

**Quadro 6: Questões-chave do FCD - Desenvolvimento e Valorização do Território**

QUESTÕES-CHAVE
Redução da população residente e tendência para o envelhecimento populacional (aumento na população com idade de 65 ou mais anos).
Território analisado caracteriza-se por ser pouco povoado, dado que as freguesias que compõem não registam mais que 2.896 residentes (freguesia de Borbela e Lamas de Olo - concelho de Vila Real).
Referente ao nível de instrução da população, apresenta uma expressiva taxa de analfabetismo na área de intervenção do PRGP-SMAF, variando entre 3,1% (freguesia de Quinta – concelho de Vila Real) e 21,0% (freguesia de Fontes - concelho de Santa Marta de Penaguião). Contudo, verifica-se um expressivo decréscimo na taxa de analfabetismo, ainda tendo como desafio reduzir ainda mais.
Redução do número de desempregados nos concelhos abrangidos pelo PRGP-SMAF entre 2012 e 2022.
A área de intervenção do PRGP-SMAF abrange 494,5Km <sup>2</sup> distribuída por 18 freguesias em sete concelhos envolvidos, sendo que cerca de 95% da área de intervenção está classificada como solo rústico e cerca de 5% como solo urbano.
Os concelhos abrangidos pelo Programa apresentam as categorias de qualificação do solo mais expressivas as áreas florestais (cerca de 65%) e áreas agrícolas (10,9%).
Identificam-se a presença de aglomerados rurais nas seguintes freguesias: Aboadela, Sanche e

<b>QUESTÕES-CHAVE</b>
Várzea; Olo e Canadelo (ambas do concelho de Amarante); Bilhó; e Campanhó e Paradança (ambas do concelho de Mondim de Basto). Já referente a edificações dispersas são as freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea (concelho de Amarante); Bilhó; Campanhó e Paradança; e Ermelo e Pardelhas (ambas do concelho de Mondim de Basto).
Desafio de associar o desenvolvimento e valorização territorial com a presença de áreas com importantes valores e património natural como às funções estratégicas da conservação da natureza e biodiversidade.
As ações de valorização das paisagens pode-se identificar a criação da Área Protegida do Parque Natural do Alvão – PNAL, criação do Parque Natural Regional do Vale do Tua – PNRVT, presença de miradouros, percursos pedestres e outros recursos que valorizem a paisagem da região.
As atividades económicas em espaço rural verifica-se a importância destas através do elevado número de empresas instaladas nos concelhos abrangidos pelo PRGP-SMAF e a evolução do volume de negócios entre os anos de 2010 e 2020, o qual a atividade económica de “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”.
As informações ao nível de freguesias sobre esta temática são inexistentes, de forma que uma análise pormenorizada não foi possível de se realizar.
A ocupação do solo na área de intervenção do PRGP-SMAF é ocupada maioritariamente por áreas de matos e pastagens (46% da área total do Programa), áreas de florestas (39% da área total do Programa) e áreas de agricultura (10,7% da área total do Programa).
Referente às áreas de ocupação florestal por freguesia, constata-se a predominância de florestas de pinheiro bravo em todas as freguesias que compõem o território em análise, já a ocupação agrícola, predominam as áreas ocupadas por culturas temporárias de sequeiro e regadio, sem destacar a importância das ocupações de vinhas.
Redução do número de explorações agrícolas na área de intervenção do PRGP-SMAF, contudo, apresenta aumento na superfície agrícola utilizada.
Aumento de explorações agrícolas que pertenciam a produtores autónomos com utilização maioritária de mão-de-obra familiar.
Efetivo animal no ano de 2019 na área de intervenção, apresentava que eram as explorações de aves que se destacavam, seguidos de ovinos e bovinos. Em número de animais, destaque para os coelhos, aves, colmeias, ovinos, caprinos e bovinos.
Na área de intervenção do PRGP-SMAF existe um conjunto de produtos que apresenta elevada relevância, sendo cinco produtos classificados como Denominação de Origem Protegida (DOP) e dez produtos classificados como Indicação Geográfica Protegida (IGP), exemplos: Batata de Trás-os-Montes, Azeite de Trás-os-Montes e Cabrito Transmontano.
Em termos de explorações de recursos geológicos e minerais na área do Programa, destaca-se a presença de um conjunto de ocorrências minerais de elementos como Chumbo, Estanho, Tungstênio, Bismuto, Ferro e Quartzo, além de duas áreas de prospeção e pesquisa de depósitos minerais.
Identificam-se quatro áreas de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas existentes na área de intervenção, sendo que apenas uma das quatro áreas apresentadas já foi concretizado o processo de recuperação, nomeadamente em Costas do Marão/ Maria Isabel (a substância explorada era o Ferro), por sua vez, as outras três áreas mineiras aguardam por recuperação ambiental.
A área de intervenção do PRGP-SMAF apresenta grande variedade de produtos turísticos, a nível do património natural (ambiente e recursos naturais), do património edificado (arqueológico, arquitetónico e museológico) e da gastronomia e vinhos.
Existência de cinco empreendimentos turísticos e 48 unidades de alojamento local na área de intervenção, contudo mais informações a respeito de indicadores turísticos (número de hóspedes, estada média, total de dormidas e outros) não foi possível aferir diante a ausência de informações à nível de freguesia.



### **Tendência de Evolução sem PRGP-SMAF**

A área de intervenção do PRGP-SMAF carece de uma estratégia de desenvolvimento e valorização do território que integra objetivos de desenvolvimento económico com sustentabilidade, alinhando uma estratégia de desenvolvimento. Sem a implantação do Programa não existirá uma estratégia para reforçar o potencial económico e revitalizar as atividades económicas locais, o que resulta na continuação do êxodo rural, abandono das áreas rurais e das tradições culturais. Importa realçar a importância da população no desenvolvimento de atividades que reconhecem, cuidam e valorizam o capital natural do território.

O presente FCD sem a implantação do PRGP-SMAF mantém a atual situação económica, tendo dificuldades de desenvolver as atividades agrícolas e pecuárias diante de várias restrições por estar localizada em zonas protegidas, dificuldade no acesso a financiamento, dificuldade no fomento as atividades de turismo, lazer e recreação, além de não promover a revitalização das atividades económicas com base em produtos e serviços locais.

### **Identificação dos Efeitos**

Diante da elaboração da proposta de um desenho da paisagem desejável pelo PRGP-SMAF, apresenta-se os efeitos positivos e negativos referente a implantação deste, a partir das estratégias assumidas para sua elaboração.

**Quadro 7: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD - Desenvolvimento e Valorização do Território**

<b>Critérios</b>	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
<b>Dinâmica Populacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Desenvolver as atividades produtivas face a aptidão do solo;</li> <li>· Aumento da fixação de população na área, de forma a desenvolver as atividades primárias e gerir a paisagem;</li> <li>· Manutenção das atividades já estabelecidas;</li> <li>· Gestão das áreas de matos com a oportunidade de associação com outras atividades e geração de produtos;</li> <li>· Possibilidade de formação e capacitação com informações mais atuais e troca de conhecimentos e experiências;</li> <li>· Diversificar a economia com a geração de novos produtos e riquezas da área;</li> <li>· Controlar a expansão populacional e edificações de maneira a planear a ocupação do solo;</li> <li>· Desenvolvimento do setor e produtos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Modificar o uso do solo, o qual para alguns trabalhadores a vida toda com a respetiva atividade;</li> <li>· Áreas transformadas em florestas de conservação e proteção com significativa concentração populacional;</li> <li>· Pouca assistência técnica para desenvolvimento das novas atividades;</li> <li>· Dependência de financiamentos para a transformação da paisagem.</li> </ul>



<b>Critérios</b>	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
	turístico.	
<b>Paisagem e padrões de povoamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Elaboração do DTP considerou as aldeias dispersas pelo território, tratando como áreas prioritárias de intervenção;</li> <li>· Articulação com instrumentos estratégicos de âmbito municipal, como PDM e PMDFCI;</li> <li>· Redução de áreas de matos na envolvente dos aglomerados;</li> <li>· Estratégia de transição nas áreas envolventes aos aglomerados com a ocupação por áreas de agricultura e pastagens;</li> <li>· Incorporar na proposta diretrizes de planeamento e gestão com as medidas e recomendações a adotar nos PDM dos concelhos abrangidos pelo PRGP-SMAF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Nenhuma proposta a considerar os resíduos produzidos pela população.</li> </ul>
<b>Atividades económicas em espaço rural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Reforço da atividade agrícola e das áreas multifuncionais de pastagens e matos;</li> <li>· Geração de novos produtos;</li> <li>· Desenho da paisagem desejável considerando as atuais atividades, aptidão do uso do solo e potencialidades identificadas;</li> <li>· Aposta em sistema agro silvo pastoril como tecnologia de integração agricultura-pecuária-floresta;</li> <li>· Ações de melhoramento na gestão de pastagens;</li> <li>· Promoção de atividades associadas como silvopastorícia, apicultura, turismo e outras;</li> <li>· Identificação de áreas prioritárias de intervenção;</li> <li>· Potencialidades energéticas e minerais nas áreas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Valorização da produção energética através de e painéis solares e fotovoltaicos (pedreiras e minas) e aerogeradores (cumeadas secundárias); queima dos matos;</li> <li>· Gestão das áreas de matos a fim de promover a multifuncionalidade destas áreas;</li> <li>· Necessidade de recuperação/reconversão de áreas de exploração mineral e pedreiras.</li> </ul>
<b>Turismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Desenvolver produtos turísticos à escala local;</li> <li>· Promover o património natural e construído e cultural, oferecendo uma experiência singular e de excelência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Poluição ambiental com o aumento de pessoas nas áreas;</li> <li>· Necessidade de fiscalização regular no que concerne a produção e gestão de resíduos empreendimentos turísticos.</li> </ul>

Importa verificar a síntese das tendências de evolução do FCD – Desenvolvimento e Valorização do Território diante dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no âmbito do processo da AAE.

**Quadro 8: Síntese das tendências de evolução do FCD – Desenvolvimento e Valorização do Território referente aos objetivos de sustentabilidade**

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM O PRGP	EVOLUÇÃO COM O PRGP
Contribuir para a vitalidade territorial		-	+
Avaliar a taxa de atratividade e fixação da população		-	+
Contribuir para o incentivo a inclusão social		0	+
Promover uma distribuição equilibrada dos recursos e das oportunidades pelos diversos grupos sociais		0	+
Otimizar o contributo do setor agrícola e florestal para o desenvolvimento rural, o crescimento económico, a criação de emprego e a qualidade de vidas das populações, numa perspetiva de multifuncionalidade		-	+
Reverter o abandono do modelo agrossilvopastoril		-	+
Criar condições de atratividade para a fixação da população e assegurando o equilíbrio territorial		0	+
Apostar na diversificação da economia e explorar as potencialidades do setor das energias renováveis		-	0
Fomentar as atividades de turismo, lazer e recreação baseados nos recursos e valores locais (património natural e cultural)		0	+
Incentivo à revitalização do território rural, em particular dos espaços florestais, através da transformação da paisagem		-	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
<b>TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO</b>	- Negativa	0 Sem alteração Significativa	+ Positiva

### 7.3 FCD CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

#### Situação atual

No Quadro 9 são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD – Conservação dos Valores Naturais e Serviços dos Ecossistemas.

**Quadro 9: Questões-chave do FCD - Conservação dos Valores Naturais e Serviços dos Ecossistemas**

QUESTÕES-CHAVE
A área de intervenção do PRGP – SMAF encontra-se abrangido por duas Áreas Protegidas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), por uma Zona Especial de Conservação (ZEC da Rede Natura 2000), por uma Área Importante para Aves e Biodiversidade (IBA) e por seis áreas afetadas a Regime Florestal.
O Parque Natural Regional do Vale do Tua (PNRVT) à sua paisagem considera-se bastante diversificada e marcada por serras, planaltos e vales encaixados, designadamente dos rios Douro, Tinhela e Tua, com a presença de riqueza em biodiversidade e um conjunto de valores patrimoniais.
Relativamente à Rede Natura 2000, na área de intervenção do PRGP-SMAF é identificada a Zona Especial de Conservação (ZEC) “Alvão/ Marão” (PTCON0003), o qual abrange as serras do Alvão e do Marão e encontra-se limitada a oeste pelo rio Tâmega e a este pelo rio Corgo. No que concerne
A paisagem da ZEC apresenta uma ocupação agrícola dos vales e socacos junto aos aglomerados rurais, que contrastam com as encostas escarpadas ou cobertas por matos e/ou matas, bem como por uma zona mais planáltica, que se apresenta rochosa e é ocupada, em alguns casos, por pastagens naturais e/ou matos.
Respetivamente aos habitats naturais, destacam-se os carvalhais de carvalho-roble e carvalho-negral, e quanto à fauna, constitui, uma região montanhosa de grande relevância para o lobo ( <i>Canis lupus</i> ), em especial o lobo-ibérico ( <i>Canis lupus signatus</i> ), uma vez que a densidade de alcateias nesta área é das maiores que se verifica ao longo do território nacional, implicando em ações de conservação e gestão da espécie prioritária de interesse comunitário.
Em relação às Áreas Importantes para Aves e Biodiversidade (IBA), a área de intervenção do PRGP – SMAF encontra-se abrangido pela IBA-PT049, denominada de Serras do Alvão e Marão. Estes locais apresentam-se críticos em matéria de conservação das aves e da biodiversidade e de importância internacional, sendo utilizadas para reforçar as redes de Áreas Protegidas já definidas (Rede Natura 2000).
Presença de áreas submetidas ao Regime Florestal, o qual pretende reduzir a rápida degradação dos recursos florestais, assim como, os fenómenos erosivos resultantes de uma inadequada exploração dos terrenos baldios. Neste contexto, identifica-se seis áreas afetadas a Regime Florestal, nomeadamente: Perímetro Florestal da Serra da Padrela; Perímetro Florestal da Serra de São Tomé do Castelo; Perímetro Florestal das Serras de São Domingos e Escarão; Perímetro Florestal das Serras do Marão Vila Real e Ordem; Perímetro Florestal de Mondim de Basto; e Perímetro Florestal de Ribeira de Pena.
Os principais valores da paisagem na área de intervenção do PRGP-SMAF estão associados a valores naturais e culturais, sendo os principais valores: as Serras do Marão e do Alvão, o Vale da Campeã, as Fisgas de Ermelo e a Serra da Falperra.
A rede hidrográfica da área de intervenção do PRGP – SMAF insere-se totalmente na Região Hidrográfica do Douro e caracteriza-se por ser uma rede hidrográfica densa. Os principais cursos de água são: rio Tinhela (concelho de Murça); rio Pinhão e rio Tinhela (concelho de Alijó); rio Corgo, que tem sua nascente na Serra Padrela, desaguando no rio Douro; rio Cabril, corre no sentido de este para oeste, desaguando no rio Tâmega; rio Aguilão, afluente do rio Corgo (atravessa o concelho de Santa Marta de Penaguião no sentido de noroeste para sudeste); e rio Tâmega (concelho de Amarante).
A qualidade de água dos meios hídricos, assim, no que diz respeito as massas de água subterrâneas, a avaliação da bacia hidrográfica do Douro, apresenta o estado quantitativo e o estado químico “Bom”, em relação ao estado das massas de água superficiais, verifica-se que cerca de 67% apresenta um estado global de “Bom e Superior”, 30% estado global “Inferior a Bom” e 3% estado global “Desconhecido”.
A biodiversidade na área de intervenção do PRGP - SMAF, identifica habitats naturais e seminaturais relevantes, assim como espécies de fauna e flora importantes para a conservação desta e geração dos serviços dos ecossistemas. Contudo, destaca-se que o estado de conservação da biodiversidade nacional de uma forma geral tem reduzido drasticamente, o que aumenta a responsabilidade de conservação e recuperação de habitats e espécies prioritárias.
A evolução da ocupação do solo na área do PRGP-SMAF apresenta aumento das áreas de pastagens (29,4%) e matos (4,3%) e redução na ocupação por área agrícola (cerca de 10,9%), seguido de áreas florestais (5,9%), o que aumenta a possibilidade de ocorrência de incêndios, em

<b>QUESTÕES-CHAVE</b>
especial aumento das áreas de matos.
Importância da aplicação de uma política de planeamento na gestão correta dos espaços florestais, com articulação com instrumentos estratégicos, exemplo os Programas Regionais de Ordenamento Florestal, que promovem as funções florestais a serem consideradas e promoção da implantação de corredores ecológicos, importantes para a conectividade de áreas de proteção e conservação.
Ainda, a área de intervenção identifica duas as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e seis Planos de Gestão Florestal (PGF), importantes instrumentos de planeamento florestal.
As florestas de pinheiro bravo registam uma grande presença na área de intervenção do PRGP – SMAF, uma vez que ocupam cerca de 67,1% do total das áreas florestais existentes neste território. Um dos desafios na gestão da paisagem na área de intervenção do Programa é a excessiva monocultura dos espaços florestais, em especial monocultura de pinheiro bravo, assim, verifica-se uma simplificação da paisagem por falta de ordenamento florestal, o qual permitiu a expansão de áreas de resinosas (eleva a suscetibilidade a incêndios).
Os serviços dos ecossistemas refletem o verdadeiro valor da floresta. Os serviços dos ecossistemas podem ser de suporte (formação de solo, reciclagem de água e nutrientes, produção de oxigénio atmosférico e fornecimento de habitat para a flora e a fauna e etc); de provisionamento (produção de alimentos, água potável, vestuário (fibras), combustíveis, recursos genéticos e medicamentos e etc); regulação (regulação climática, manutenção da qualidade do ar, regulação hidrológica, controlo da erosão, purificação da água e reciclagem de resíduos, controlo biológico - pragas das culturas e doenças dos animais e etc) e serviços culturais e de recreio (diversidade cultural e de sistemas de conhecimento, valores espirituais e religiosos, ciência e educação, valores estéticos, relações sociais, valores patrimoniais culturais, turismo, lazer e recreação e etc).
Compreende-se que na temática dos serviços dos ecossistemas é necessário mais aprofundamento no assunto e tornar realidade seu dimensionamento para a sua valorização. Particularmente nas áreas florestais e agroflorestais, têm vindo a acentuar-se um conjunto de problemas de ordem económica, social e ambiental que tornam insustentável a trajetória de desenvolvimento seguida nas últimas décadas, demonstrando sinais de uma economia de baixa rentabilidade e pouco resiliente nos espaços florestais e agroflorestais, associada ao envelhecimento e redução da população residente, ao aumento da incidência e severidade dos incêndios e a problemas ambientais como a expansão de espécies exóticas invasoras, a erosão e perda de solo, a redução das áreas florestadas com espécies autóctones ou a perda de biodiversidade.

### **Tendência de Evolução sem PRGP-SMAF**

A evolução das componentes associadas a conservação dos valores naturais e serviços dos ecossistemas, na ausência da implantação do PRGP-SMAF, poderá apresentar-se, ao longo do tempo, tendencialmente negativa. Sem a elaboração do presente Programa espera-se que o Plano Setorial da Rede Natura 2000 e demais instrumentos estratégicos incidentes na área, sejam as diretrizes utilizadas pelos territórios para a conservação destas áreas sensíveis, o qual não seria suficiente para a adoção, continuidade/manutenção das medidas e intervenções para alcançar o objetivo de conservar e/ou melhorar as características naturais e valorizar os serviços dos ecossistemas.

Considera-se que a ausência de projetos locais integrados e continuados com as atuais políticas e intervenções de proteção e gestão de âmbito da administração municipal e/ou regional e de outros projetos de conservação, que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats, facilitará a degradação gradual, o que

favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes e continuação da redução do estado de conservação.

Para além disso, sem a elaboração do presente programa, espera-se, no que se refere ao critério solo, que continue a decorrer a implementação de um conjunto de instrumentos de gestão territorial, onde se destaca os de incidência municipal e os planos especiais de ordenamento do território, nomeadamente da temática de ordenamento e gestão de áreas protegidas, com efeitos positivos, mas, contudo, sem se proceder à adoção de uma estratégia regional concertada, essencialmente no que se à gestão de áreas singulares que constituem a estrutura biofísica do território.

Já no que se refere à componente paisagística prevê-se que na ausência da implantação do PRGP-SMAF, e com a continuidade da situação atual, ocorra a introdução de elementos dissonantes que promovem a descaracterização e simplificação da paisagem, como a expansão das áreas de florestas de pinheiro bravo e eucalipto (função principal de produção de madeira) e abandono de áreas.

Referente aos serviços dos ecossistemas, prevê-se efeitos negativos crescentes dos impactos das atividades antrópicas e das alterações climáticas sobre os ecossistemas e respetivos serviços, como aumento da degradação das áreas com espécies e habitats naturais protegidos, aumento da erosão do solo, poluição das linhas de água, supressão de galerias ripícolas e etc.

### **Identificação dos Efeitos**

Diante da elaboração da proposta de um desenho da paisagem desejável pelo PRGP-SMAF, apresenta-se os efeitos positivos e negativos referente a implantação deste, a partir das estratégias assumidas para sua elaboração.

#### **Quadro 10: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD - Conservação dos Valores Naturais e Serviços dos Ecossistemas**

<b>Crítérios</b>	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
Valores Naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Utilização dos instrumentos estratégicos para a elaboração da proposta do DTP;</li> <li>· Ações de transformação de áreas para florestas de conservação principalmente nas zonas mais sensíveis como as UGP Terras de Basto e Serras do Alvão e Marão;</li> <li>· Valorização dos recursos naturais;</li> <li>· Conservação e manutenção de áreas com habitats naturais e espécies de flora e fauna, em atenção, áreas com alcateias de lobo-ibérico;</li> <li>· Ações de transformação de áreas para florestas de produção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Elevado custo para a transformação das áreas.</li> </ul>

<b>Critérios</b>	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>principalmente nas UGP Vale do Corgo e Serras da Falperra e Padrela;</li> <li>Desenho com compartimentação das áreas a evitar a ocorrência de grandes incêndios.</li> </ul>	
Qualidade das massas de água	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preservar as atuais linhas de água;</li> <li>Assegurar a manutenção das galerias ripícolas;</li> <li>Proteger e valorizar os habitats aquáticos;</li> <li>Promover a valorização, recuperação e reabilitação da paisagem e ecossistema.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nada a apontar.</li> </ul>
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da área de florestas de conservação;</li> <li>Conservação habitats e de espécies da flora e da fauna;</li> <li>Oportunidade de investimento na “Certificação da Qualidade Cinegética” como a ser uma mais-valia;</li> <li>Valorização dos recursos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nada a apontar.</li> </ul>
Solo e Geomorfologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização mais eficiente de todo o coberto do solo;</li> <li>Aumento das áreas de florestas de conservação e produção;</li> <li>Proposta do DTP alicerçada em informações de aptidão do solo e geomorfologia da área de intervenção;</li> <li>Redução da área de matos na generalidade da área de intervenção;</li> <li>Aumento da área de matos e áreas de agricultura e pastagem na UGP Baixo Tua e Ansiães a respeitar a aptidão de solo complexa e agrícola, respetivamente;</li> <li>Diversificar a geração de produtos em áreas de matos, através da associação com outras atividades;</li> <li>Neutralização da degradação do solo;</li> <li>Áreas de matos com grande potencial para os Serviços dos Ecossistemas de Provisionamento;</li> <li>Criação de uma paisagem compartimentada, a fim de redução de perigosidade de incêndios rurais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas de matos dependem de uma gestão eficiente, para não serem focos de elevada perigosidade de incêndios.</li> </ul>
Recursos Florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento das áreas de florestas de conservação e produção;</li> <li>Criação de uma paisagem diversificada e multifuncional;</li> <li>Maximização das áreas florestais;</li> <li>Privilegia operações silvícolas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nada a apontar.</li> </ul>



<b>Critérios</b>	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Elaboração da proposta em articulação com instrumentos estratégicos, como PROF;</li> <li>· Promoção de corredores ecológicos a garantir a conectividade da paisagem;</li> <li>· Identificação de áreas aptas para as principais espécies florestais;</li> <li>· Incentivar proprietários florestais a melhorar a execução de ações de gestão dos povoamentos florestais e alternativas técnicas para recuperação de áreas e prevenção aos riscos.</li> </ul>	
Serviços dos Ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Elaboração de classificação para cada classe de uso do solo;</li> <li>· Utilização mais eficiente do coberto do solo, contribuindo para os Serviços dos Ecossistemas de Suporte;</li> <li>· Maximização das áreas florestais;</li> <li>· Compartimentação de usos, evitando áreas extensas de monocultura e contribuindo para os Serviços dos Ecossistemas de Provisionamento;</li> <li>· Diversificação de usos;</li> <li>· Áreas de matos com grande potencial para os Serviços dos Ecossistemas de Provisionamento;</li> <li>· Incentivo a prática da resinagem, o qual é compatível a manutenção da biodiversidade;</li> <li>· Promoção da atividade silvopastoril;</li> <li>· Com o aumento do coberto do solo, ocorre a redução de processos erosivos do solo;</li> <li>· Aumento do potencial de sequestro de carbono, principalmente nas Serras do Alvão e Marão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Redução da atividade de apicultura (Serviços dos Ecossistemas de Provisionamento), devido a redução de áreas de mato em substituição por florestas de produção;</li> <li>· Redução no potencial de sequestro de carbono nas regiões do Vale do Corgo e da Falperra resultado associado à transferência de usos da floresta para outras classes de uso.</li> </ul>

Importa verificar a síntese das tendências de evolução do FCD – Conservação dos Valores Naturais e Serviços dos Ecossistemas diante dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no âmbito do processo da AAE.

**Quadro 11: Síntese das tendências de evolução do FCD – Desenvolvimento e Valorização do Território referente aos objetivos de sustentabilidade**

<b>OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>	<b>EVOLUÇÃO SEM O PRGP</b>	<b>EVOLUÇÃO COM O PRGP</b>
Promover a melhora do estado de conservação dos valores naturais, ao nível da biodiversidade e da		-	+

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM O PRGP	EVOLUÇÃO COM O PRGP
paisagem			
Promover a conservação da biodiversidade e da geodiversidade		-	+
Garantir a manutenção dos processos biológicos que regulam os serviços de ecossistemas		-	+
Promover a sensibilização relativamente ao valor do património natural e dos serviços de ecossistemas		0	+
Garantir o incremento e valorização dos serviços dos ecossistemas, através de incentivo financeiro e avaliação do contributo destes para o bem-estar humano		0	+
Promover a implementação de estruturas verdes e azuis que potenciem os serviços dos ecossistemas		0	+
Garantir a conectividade da paisagem e a valorização e promoção de uma paisagem diversificada e multifuncional		0	+
Contribuir para a regulação e manutenção de processos biológicos essenciais desempenhados pelos ecossistemas florestais		-	+
Assegurar o correto ordenamento, qualificação e revitalização do espaço rústico, garantindo que os usos complementares e compatíveis são os adequados		-	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO	- Negativa	0 Sem alteração Significativa	+ Positiva

## 7.4 FCD GOVERNANÇA

### Situação atual

No Quadro 12 são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD – Governança.

**Quadro 12: Questões-chave do FCD – Governança**

QUESTÕES-CHAVE
As governanças (entidades responsáveis e participantes) articulam os interesses, recursos e ações de responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e no processo de implementação do PRGP-SMAF. Sendo fundamental garantir investimentos públicos e privados para incentivar a aceitação do referido Programa nos territórios vulneráveis aos riscos de incêndios rurais, viabilizando uma gestão ativa como pilar da prevenção dos riscos e da construção de uma paisagem rural sustentável e resiliente.



Os incentivos através de financiamentos são uma alternativa para estimular e fomentar as práticas mais sustentáveis, assim verifica-se que na área de intervenção do PRGP- SMAF somente 11,5% das áreas são financiadas (correspondendo a 5.922,37 ha), sendo 4,3% correspondem a áreas de agricultura; 3,8% a áreas florestais e 3,4% outras áreas com financiamento.
Os baixos números de financiamentos na área de intervenção do PRGP-SMAF, pode-se justificar pela burocracia dos acesso aos financiamentos, tratando-se maioritariamente de explorações por conta própria e de produtores autónomos com utilização de mão-de-obra familiar maioritariamente.
Através da relação com a governança do PRGP-SMAF, pode-se ter mais possibilidades de aceder aos financiamentos disponíveis e uma forma de organizar e informar os proprietários sobre os assuntos.
A elaboração da proposta do PRGP-SMAF visa uma participação ativa referente a construção do Programa, através de sessões de participação das entidades envolvidas e população em geral.
Baixa participação de um modo geral de participações na elaboração da proposta, no entanto, as participações que ocorreram foram fundamentais para formação das estratégias a considerar a expectativas e necessidades da região.
As informações produzidas e recolhidas no âmbito da elaboração e implantação do PRGP-SMAF deverá ser disponibilizada em locais de fácil acesso e atualizadas em tempo hábil para população em geral.

### **Tendência de Evolução sem PRGP-SMAF**

Considerando a atual situação na área de intervenção, prevê-se que sem a implantação do PRGP-SMAF a evolução do território se apresenta tendencialmente negativa, uma vez que não há intervenções para solucionar e gerir as situações referidas, não havendo melhora nas condições atuais. Além de que, perder-se-á a oportunidade para abordar as situações de baixa adesão as várias linhas de financiamento na perspetiva geral de estratégia de desenvolvimento sustentável.

Ainda sem a implantação da proposta do PRGP-SMAF não seria possível o debate entre equipa técnica, população em geral e atores envolvidos sobre a realidade destas áreas e como solucionar os desafios apresentados, visando gerar respostas estruturadas e sustentáveis ambientalmente e financeiramente.

### **Identificação dos Efeitos**

Diante da elaboração da proposta de um desenho da paisagem desejável pelo PRGP-SMAF, apresenta-se os efeitos positivos e negativos referente a implantação deste, a partir das estratégias assumidas para sua elaboração.

#### **Quadro 13: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD – Conservação Governança**

<b>Critérios</b>	<b>Pontos Positivos</b>	<b>Pontos Negativos</b>
Articulação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Articulação entre as entidades e a população em geral;</li> <li>· Facilitar o acesso a fontes de financiamento para produtores da área de intervenção do PRGP-SMAF;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Dependência de acesso à linhas de financiamento para a transformação da paisagem;</li> <li>· Nenhuma intervenção determinada de apoio à gestão e remuneração dos serviços dos</li> </ul>

Critérios	Pontos Positivos	Pontos Negativos
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização de instrumentos estratégicos internacionais e nacionais para ter alternativas de fontes de financiamento;</li> <li>Modalidade operacional de multifundos;</li> <li>Intervenções de investimentos a realizar nos territórios florestais, ações de manutenção e gestão da paisagem.</li> </ul>	ecossistemas.
Participação Ativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articulação com os atores envolventes para a elaboração do DTP;</li> <li>Auscultar os anseios, necessidades e expetativas referente ao Programa e o que pode possibilitar;</li> <li>Utilização de metodologias diferenciadas e flexíveis de forma a obter o máximo de informações relevantes para a elaboração do Programa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouca participação dos interessados e atores envolventes;</li> <li>Descrença na execução do Programa;</li> </ul>
Divulgação da Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgação em endereços eletrónicos com rapidez de acesso;</li> <li>Fácil acesso as informações atualizadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produção de muita informação e necessidade de rapidez na atualização destas;</li> <li>Necessidade de monitorização regular.</li> </ul>

Importa verificar a síntese das tendências de evolução do FCD – Governança diante dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no âmbito do processo da AAE.

**Quadro 14: Síntese das tendências de evolução do FCD – Governança referente aos objetivos de sustentabilidade**

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM O PRGP	EVOLUÇÃO COM O PRGP
Articulação de competência entre as entidades públicas e privadas e o incentivo ao conhecimento e à cultura de responsabilidade na tomada de decisão		0	+
Integrar e compatibilizar as políticas do plano com as restantes políticas setoriais		0	+
Responsabilizar os atores locais nos processos de planeamento e gestão do território, em particular dos espaços florestais, incentivando a colaboração		0	+
Promover um maior envolvimento das organizações e da população nos processos de decisão		0	+
Assegurar a disponibilização de informação e favorecer a participação pública		0	+

<b>DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL</b>	<b>DISTANTE</b>	<b>PRÓXIMO</b>	<b>MUITO PRÓXIMO</b>
<b>TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO</b>	- Negativa	0 Sem alteração Significativa	+ Positiva

## **8 QUE RECOMENDAÇÕES DEVEM SER SEGUIDAS?**

As recomendações que agora se apresentam pretendem, aproveitar ao máximo as oportunidades identificadas no âmbito de cada FCD e, tanto quanto possível, reduzir as eventuais ameaças que poderão surgir com a aplicabilidade do PRGP-SMAF.

### **Resiliência ao Fogo e Outros Riscos**

- Garantir o correto ordenamento com o processo de transição das áreas;
- Manter atualizada a identificação de espaços a passarem por processos de transformação e manutenção, assim como a sua evolução;
- Incentivar proprietários florestais para uma melhor execução de ações de gestão dos povoamentos após o fogo;
- Avaliar regularmente o regime de fogo;
- Assegurar a continuidade de novas informações e conhecimentos na área de intervenção e a correção de eventuais efeitos extremos que possam surgir relativamente aos riscos;
- Monitorizar possíveis novos casos de conflitos entre áreas dispersas e áreas com elevada perigosidade de incêndio rural;
- Garantir a gestão adequada nas áreas de matos;
- Promover a instalação de espécies e variedades vegetais, mais adaptadas às mudanças no clima, assim como espécies menos exigentes em água;
- Promover o conjunto de medidas previstas para a estratégia intermunicipal e regional de adaptação às alterações climáticas.

### **Desenvolvimento e Valorização do Território**

- Aumentar a consciencialização da população referente ao risco de incêndio rural e a importância das suas ações na prevenção e no combate aos fogos;
- Aumentar a fixação da população jovem na área de intervenção;
- Restringir e dificultar a expansão do crescimento urbanístico disperso, evitando a descaracterização da paisagem e invadindo solos agrícolas;
- Reforçar a competitividade das atividades do setor primário no contexto regional;

- Garantir o apoio técnico necessário, principalmente para o processo de transformação das áreas planeadas;
- Garantir o apoio técnico para o desenvolvimento de novas atividades, em especial, a atividade de silvopastorícia e a multifuncionalidade nas áreas de matos;
- Garantir a gestão adequada nas áreas de matos e atividades associadas;
- Criação de campanhas de promoção dos produtos locais de modo a garantir a sustentabilidade das atividades económicas associadas a sistemas de produção biológicos ou que demonstrem sustentabilidade ambiental;
- Salvaguardar o cumprimento das condições de instalação e laboração das atividades económicas, de modo a promover a redução do impacte ambiental;
- Na agricultura, apostar numa utilização racional dos fertilizantes e pesticidas, assim como na introdução da agricultura biológica;
- Incentivar a prática de vários conceitos de economia circular, de forma a promover a reutilização, compartilhamento e transformação de produtos;
- Promover as potencialidades dos recursos turísticos;
- Incentivar a promoção da visão de sustentabilidade ambiental nos empreendimentos turísticos, desde o planeamento do projeto ao seu pleno funcionamento;
- Valorizar as atividades turísticas em ligação com a natureza e as atividades agroflorestais;
- Promover a adoção de medidas ambientais para a eliminação correta dos resíduos e efluentes, de forma a melhorar o seu desempenho ambiental;
- Salvaguardar o cumprimento das diretrizes estabelecidas nos regulamentos dos PDM para as áreas de exploração de recursos geológicos e energéticos;
- Garantir a correta articulação das infraestruturas de recreio e lazer com o meio natural envolvente.

### **Conservação dos Valores Naturais e Serviços dos Ecossistemas**

- Garantir a correta conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos;

- Garantir a correta utilização dos espaços inseridos nos sistemas da REN que asseguram a defesa e a qualidade dos recursos hídricos;
- Reforçar a diversificação de espécies desde logo garantindo que nas linhas de água a vegetação existente é típica de galeria ripícola;
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta;
- Incentivar a restauração e preservação ecológica de habitats naturais e seminaturais;
- Incentivar os privados a cumprirem as regras estabelecidas no PMDFCI, como é o caso da limpeza dos terrenos e a criação de faixas de gestão de combustível;
- Favorecer a manutenção e exploração adequada dos espaços florestais, de modo a evitar a deflagração de incêndios rurais;
- Garantir a correta articulação dos possíveis traçados de ecopistas e percursos pedonais com os corredores ecológicos;
- Sensibilizar a população local e turistas para a preservação e valorização dos espaços naturais, usufruindo-os de uma forma sustentável;
- Garantir o incentivo ao desenvolvimento e implementação das práticas de gestão florestal;
- Garantir que os serviços dos ecossistemas sejam identificados, valorizados e recompensados adequadamente.

### **Governança**

- Garantir a articulação entre as várias entidades envolvidas na elaboração do PRGP-SMAF;
- Aumentar a participação ativa da população na elaboração de Planos e Programas;
- Incentivar os proprietários locais para uma melhor execução de ações de gestão em suas áreas;
- Garantir a elaboração de propostas e alternativas viáveis que auxiliem na implantação e execução do PRGP-SMAF.



**PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA  
PAISAGEM  
DAS SERRAS DO MARÃO, ALVÃO E FALPERRA**

Resumo Não Técnico  
Versão 07 | novembro de 2022

## **9 QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO?**

Ao longo da implementação do PGRP-SMAF é fundamental fazer um acompanhamento do processo pois só assim será possível, não só controlar e avaliar a sua execução e os seus efeitos ao nível da sua sustentabilidade ambiental, como também avaliar atempadamente as consequências decorrentes de alterações na conjuntura global. O processo de monitorização ambiental e territorial deve:

- Acompanhar a evolução da execução do plano;
- Permitir a avaliação do grau de eficiência e eficácia das orientações definidas no âmbito da AAE para um processo de decisão ambientalmente sustentável;
- Permitir a identificação de efeitos e riscos imprevistos que eventualmente surjam no decorrer de mudanças circunstanciais e que impliquem a alteração de algumas considerações elaboradas em sede da AAE.

A monitorização será desenvolvida por recurso à utilização de indicadores específicos, permitindo avaliar o desempenho ambiental do PRGP-SMAF, com base na informação a recolher ao nível das intervenções previstas. Os indicadores apresentados devem ser verificados e validados antes da implantação do Programa em causa de modo a garantir a sua eficácia na identificação e resolução atempada de eventuais situações de conflito.

Os resultados da monitorização deverão ser remetidos à APA, com uma periodicidade anual, devendo, simultaneamente, proceder-se á sua divulgação.



**Quadro 15: Indicadores de seguimento e monitorização do PRGP-SMAF**

FCD	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR DE REFERÊNCIA	FONTE	PERIODICIDADE	META
<b>RESILIÊNCIA AO FOGO E OUTROS RISCOS</b>	• Áreas transformadas em conformidade com a implantação do PRGP-SMAF	Hectares	-	Câmaras Municipais e PRGP-SMAF	Anual	Aumentar
	• Variação da área ardida e número de ocorrências de incêndios rurais	N.º e Hectares	-	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	Reduzir
	• Área ardida em áreas protegidas e de interesse de conservação	Hectares	191 ha (2020)	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	Reduzir
	• Áreas ardidas recuperadas	Hectares	-	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	Aumentar
	• Áreas de matos com gestão	Hectares	-	Câmaras Municipais	Anual	Aumentar
	• Número de intervenções para a prevenção e mitigação dos impactes dos riscos	N.º e Identificação	-	Câmaras Municipais e PRGP-SMAF	Anual	Aumentar
	• Número de ações de monitorização de áreas críticas intervencionadas	N.º e Identificação	-	Câmaras Municipais e PRGP-SMAF	Anual	Aumentar
	• Medidas de mitigação/adaptação para as alterações climáticas	N.º	-	Câmaras Municipais e PIAAC	Bianual	Aumentar
<b>DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO</b>	• Variação da população residente	N.º	-7,9% (Censos 2011 e 2021)	INE	Anual	Aumentar
	• Taxa de desemprego	%	-	IEFP e INE	Anual	Reduzir

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aglomerados populacionais afetados por incêndios rurais</li> </ul>	N.º e Hectares	-	Câmaras Municipais e PRGP-SMAF	Anual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução do tecido empresarial na área de intervenção</li> </ul>	N.º e %	19.388 empresas nos concelhos abrangidos pelo PRGP-SMAF (INE, 2020)	INE e PRGP-SMAF	Anual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Área ocupada por agricultura e floresta</li> </ul>	Hectares por tipologia (COS)	Agricultura: 5.303,7ha Floresta: 19.264,5ha (COS 2018)	DGT	Anual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas do setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</li> </ul>	Euros	-	Câmaras Municipais e INE	Anual	Aumentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas de explorações dos recursos geológicos ou minerais</li> </ul>	Hectares	-	Câmaras Municipais e DGE	Anual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proveitos de aposento</li> </ul>	Euros	-	INE	Anual	Aumentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipologia e capacidade total dos alojamentos locais</li> </ul>	N.º	-	Turismo Portugal	Anual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipologia e capacidade total dos empreendimentos turísticos</li> </ul>	N.º	-	Turismo Portugal	Anual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intensidade turística (N.º de dormidas e hóspedes)</li> </ul>	N.º	-	INE	Anual	Aumentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Património arquitetónico classificado e em vias de classificação</li> </ul>	N.º	-	Câmaras Municipais e DGPC	Anual	-

<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado das massas de água superficiais e subterrâneas</li> </ul>	Classes de estado	Subterrânea: Bom Superficiais: Variável	APA	Anual	Aumentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado de conservação dos habitats protegidos</li> </ul>	Hectares por tipologia e classe de estado de conservação dos habitats naturais	-	ICNF	Anual	Aumentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Modificações do coberto vegetal que resultam da implantação do PRGP-SMAF</li> </ul>	N.º e %	-	Câmaras Municipais	Anual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>Área de povoamentos florestais por tipologia</li> </ul>	Hectares e %	-	ICNF e DGT	Anual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>Extensão de espaços florestais alvo de reflorestação</li> </ul>	Hectares e %	-	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	Aumentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas de controlo de monoculturas de espécies invasoras</li> </ul>	N.º	-	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	Aumentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização dos serviços de ecossistemas</li> </ul>	N.º de serviços identificados	-	ICNF e Câmaras Municipais	Bianual	Aumentar
<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas que garantam a correta manutenção dos corredores ecológicos</li> </ul>	N.º e Identificação	-	ICNF e Câmaras Municipais	Bianual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção da manutenção da conectividade entre as áreas de elevada biodiversidade</li> </ul>	N.º	-	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>Área abrangida por projetos de recuperação/reconversão de áreas degradadas</li> </ul>	Hectares e m <sup>2</sup>	-	Câmaras Municipais e ICNF	Bianual	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas com reintrodução de espécies arbóreas autóctones nos espaços florestais</li> </ul>	Hectares	-	ICNF e Câmaras Municipais	Bianual	Aumentar

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas com reintrodução de floresta ripícola</li> </ul>	Hectares	-	ICNF e Câmaras Municipais	Anual	Aumentar
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Captura de Carbono</li> </ul>	Ton C (ha/ano)	-	ICNF e PRGP-SMAF	Quinquenal	Aumentar
<b>GOVERNANÇA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões/Workshop de Grupos de trabalho</li> </ul>	N.º	5	PRGP-SMAF	Anual	-
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agentes e organizações envolvidas</li> </ul>	N.º	-	PRGP-SMAF	Anual	-
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições académicas que promovam o voluntariado estudantil na área do PRGP-SMAF</li> </ul>	N.º	-	PRGP-SMAF	Anual	-
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoios públicos mobilizados (instrumentos de financiamento)</li> </ul>	N.º e Euros	-	PRGP-SMAF	Anual	-
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Superfície de espaços florestais sob gestão conjunta</li> </ul>	%	-	PRGP-SMAF e Câmaras Municipais	Anual	Aumentar

## **10 QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?**

O processo da AAE foi elaborado de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com o PRGP-SMAF com o intuito de garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área envolvida. Assim, e numa análise por FCD, apresentam-se resumidamente as principais considerações:

### **FCD - Resiliência ao Fogo e Outros Riscos**

Em termos gerais, a proposta de implantação do PRGP-SMAF consegue efetivamente construir um Desenho Transformador da Paisagem (DTP) que visa através da compartimentação do coberto vegetal, reduzir a suscetibilidade do território a incidência de incêndios rurais. Através da elaboração de estratégias que consideraram fatores naturais, económicos e sociais para formação da proposta.

Ainda, aproveitando-se da proposta do Programa focada em incêndios rurais, destaca-se para os impactes positivos da implantação para os demais riscos na mitigação destes e sobre efeitos a longo prazo sobre às alterações climáticas.

A gestão e transformação das áreas abrangidas pelo PRGP-SMAF também serão de grande valia para os serviços dos ecossistemas (benefícios que a humanidade retira dos ecossistemas e podem incluir bens materiais e/ou serviços imateriais), em especial os serviços de regulação, o qual a recuperação do coberto vegetal, reduz os processos erosivos do solo e de desertificação, redução de riscos de inundações pelo aumento da permeabilidade do solo, redução do assoreamento de cursos de água, além de auxiliar no sequestro de carbono e contribuir para a redução e adaptação às alterações climáticas.

### **FCD - Desenvolvimento e Valorização do Território**

Diante do grande desafio de promover o desenvolvimento económico, social e ambiental na área de intervenção do PRGP-SMAF, através da diversificação da sua base económica e da promoção da inovação, gerando empregos, valorização das atividades tradicionais, áreas multifuncionais e da diversificação da oferta turística sem perda da identidade cultura local, a proposta do PRGP-SMAF resulta em um balanço muito positivo.

Referente à análise integrada dos efeitos, objetivos estratégicos e ações demonstra um balanço significativamente positivo, potenciando as características ambientais e

económicas, o que resulta em oportunidades de empregos e melhora da qualidade de vida, resultando no reforço a fixação e atratividade da população na área de intervenção ao PRGP-SMAF.

Uma vez que a proposta consegue associar o reforço das atividades tradicionais, reordenar os espaços potencializando o uso do solo, possibilitando o incentivo as áreas multifuncionais, geração de novos produtos e subprodutos, verifica-se a relevância da implantação do Programa para a região, podendo vir a ser um modelo a ser seguido. Importa realçar as possibilidades da introdução de novos modos de produção no desenvolvimento das atividades económicas, como por exemplo na agricultura, através de potenciar a agricultura de conservação, agricultura biológica e agricultura de precisão, como novas vertentes desta prática. Já referente à atividade pecuária, o PRGP reforça programas de manutenção dos rebanhos e sua expansão, para valorizar a silvopastorícia como ferramenta de gestão de biomassa e multifuncionalidade da área.

A implantação do PRGP-SMAF é uma oportunidade de promover novos conceitos na realidade da região como promover a “Economia Circular” que assenta na reutilização, reparação, partilha e reciclagem de materiais e produtos existentes, prolongando o seu ciclo de vida. Ressalta-se a necessidade de motivar os proprietários a constituírem agrupamentos, de forma a investir e gerir suas propriedades, seja com o compartilhamento de equipamentos e/ou conhecimento técnico, de modo a quebrar o ciclo de desinvestimento e a promover a gestão ativa dos minifúndios.

Já ao nível de responder ao desafio do desenvolvimento sustentável, a proposta do PRGP-SMAF em termos de ter um modelo estratégico de desenvolvimento que assente na eficiência e valorização dos recursos e na minimização dos impactes ambientais, tem como objetivo de “Qualidade de Paisagem” a valorização da produção energética, através por exemplo de painéis solares e fotovoltaicos (pedreiras e minas) e aerogeradores (cumeadas secundárias); painéis solares e fotovoltaicos associados às aldeias e unidades agrícolas e transformadoras. Concorde-se com as ações de maneira a dar resposta a um desenvolvimento sustentável com a utilização da economia circular, contudo, entende-se que as ações merecem cautela de forma a não contribuir para a descaracterização da paisagem e demais impactes possíveis causados.

Desta forma, a proposta do programa apresenta oportunidades de mudança não somente de ordenamento territorial, mas também de mudar comportamentos e ações, que se reflete na dinâmica territorial. Destaque para a articulação entre a proposta do PRGP-SMAF com diretrizes para inclusão nos instrumentos de gestão territorial dos concelhos abrangidos pelo Programa, nomeadamente, o Plano Diretor Municipal, a fim de alcançar efetivamente os objetivos para a região.

### **FCD - Conservação dos Valores Naturais e Serviços dos Ecossistemas**

De um modo geral, a implantação do PRGP-SMAF resultará em implicações positivas sobre a proteção dos recursos naturais, nomeadamente através do ordenamento dos usos do solo, para além da proteção e valorização das espécies presentes e habitats onde se inserem, permitindo à população usufruir dos benefícios prestados pelos serviços dos ecossistemas.

Os efeitos da proposta do DTP do programa estão relacionados com a recuperação e valorização das linhas de água e cabeceiras de linha de água; manutenção e recuperação das galerias ripícolas; e os serviços dos ecossistemas de regulação com influencia nos ciclos hidrológicos. Neste contexto, verifica-se que a implantação do Programa terá efeitos positivos sobre a qualidade do estado das massas de água, o qual preservará as linhas de água, assegurará a manutenção e recuperação das galerias ripícolas, protege e valoriza os habitats aquáticos e promoverá a valorização, recuperação e reabilitação da paisagem e ecossistema.

Referente a biodiversidade, a proposta do Programa apresenta a transformação maioritariamente das áreas em florestas de conservação e proteção, e produção, o que proporciona aumentar o fornecimento de habitats naturais e seminaturais com medidas de reflorestação com espécies autóctones, aumento de locais de refúgio e reprodução para plantas e animais selvagens, atenção a presença de alcateias de lobo-ibérico (e.g. trabalhar habitats que promovam o reforço da comunidade de lobos), além de travar a evolução negativa dos estados de conservação dos habitats e espécies de flora e fauna que tem ocorrido. Além, de ter a oportunidade de introduzir o mecanismo de valorização para “Certificação da Qualidade Cinegética” ou de outros mecanismos de “compromissos” para a gestão sustentável, o qual serviria melhor a sua função de atividade económica de grande importância nos territórios rurais, mais, o acréscimo da sua gestão sustentável certificada, cujo poderia atrair e criar outras valias para a paisagem (floresta, agricultura, conservação, entre outros), tornando-se áreas de referência.

Diante da necessidade de alcançar a sustentabilidade e missão de transformação da paisagem no PRGP-SMAF, importa realçar a importância da conservação do solo para alcançar uma paisagem sustentável, o qual depende diretamente de solos saudáveis, o qual evita a degradação, erosão e esgotamento dos solos, além de está relacionado com o abastecimento de água e as camadas de terra que funcionam como filtros naturais para melhorar a qualidade da água e outros. A proposta do DTP do programa alicerçada em considerar fatores como a aptidão do solo, uso atual do solo, declividade, entre outros, promove um melhor aproveitamento deste recurso, através da sua proteção, conservação e utilização sustentável proporcionando serviços dos ecossistemas relevantes em todos os níveis.

Outro ponto relevante são os serviços dos ecossistemas, o qual ainda são poucos os trabalhos na região sobre a temática, o qual junto com a elaboração e a implantação da proposta, terá o desenvolvimento de informações importantes.

### **FCD - Governança**

A importância da governança para a implantação do PRGP-SMAF é de principalmente fazer uma articulação entre a administração pública com os proprietários/gestores das áreas e população em geral. A governança deve oferecer alternativas viáveis para a execução do Programa, assim como a sensibilização da população quanto ao uso do fogo e a importância de se adotar a Programa. Assim, é essencial as fontes de financiamento para a execução das ações de transformação, desenvolvimento das atividades, apoio técnico, formação técnica e outras vantagens que a governança possibilita. De um modo geral, a governança é um aspeto positivo, que tem a impulsionar o sucesso do Programa, assim como de divulgar as informações produzidas.

Por sua vez, a participação pública irá ocorrer na fase seguinte, o qual visa que a participação da população proporcione um resultado no processo de elaboração do PRGP-SMAF.



## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O procedimento de AAE constitui-se como um instrumento de apoio à tomada de decisão no âmbito do processo de planeamento, através da identificação e avaliação de FCD consentâneos com os objetivos estratégicos do PRGP.

Para este caso específico, o processo de avaliação do desenvolvimento da proposta de que o presente Relatório Ambiental é testemunho, terá dado um contributo concreto para a solução final encontrada ao nível da proposta da elaboração do PRGP-SMAF. Assim, julga-se que o processo da AAE representou um contributo substantivo na forma como a proposta do plano acaba por ser apresentada e, em particular, nas medidas e ações preconizadas por este.

O processo da AAE permitiu a identificação de objetivos de proteção ambiental, efeitos significativos e medidas preventivas, associadas às propostas do plano, apontando igualmente, um conjunto de recomendações que visam a mitigação dos eventuais efeitos negativos e potenciação dos efeitos positivos sobre o ambiente.

Com a concretização do PRGP-SMAF, prevê-se uma série de oportunidades significativas para o desenvolvimento económico, social e ambiental na área de intervenção do PRGP-SMAF.

Assim, apesar dos eventuais efeitos negativos que poderão advir para o ambiente, as soluções propostas têm em vista a minimização desses impactes. Muito embora se tenham identificado alguns efeitos negativos, não se preveem efeitos suficientemente relevantes que ponham em causa a sustentabilidade da proposta apresentada.